



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 408ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 23 de fevereiro de 2022.**

Realizou-se no dia 23 de fevereiro de 2022, às 09h00, por meio virtual, através de videoconferência, a 406ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente transmitida do Plenário Prof. Paulo Nogueira-Neto (CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/Cetesb, Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Marcos Penido**, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Luiz Ricardo Santoro**, Secretário-Executivo da SIMA, **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Ana Lucia Santana Seabra (SIMA/PP)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (Fiesp)**, **Antônio Fernando Gimenez (SLT)**, **Celso Yassumi Nomoto (SCEC)**, **Cláudio Bedran (Planeta Verde)**, **Cláudio Scalli (Anamma/SP)**, **Cristina Maria do Amaral Azevedo (SIMA/CPLA)**, **Daniel Smolentzov (PGE)**, **Denise Crocce Romano Espinosa (USP)**, **Djalma Domingos Weffort de Oliveira (Apoena)**, **Domenico Tremaroli (SIMA/Cetesb)**, **Fernanda Andrade da Silva Nader (SIMA/CPLA)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/SMA)**, **Gilda Helena Leôncio Nunes (IIS)**, **Maj. PM Guilherme D'Artagnan Boppré (SSP/CPAmb)**, **Gustavo de Castro Oliveira (Faesp)**, **Ibrahim Tauil (Concidadania)**, **Joana Fava Cardoso Alves (SIMA/FF)**, **João Thiago Wohnrath Mele (SIMA/CFB)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Lucila Manzatti (SIMA/FF)**, **Laura Diaz Montiel (SIMA/CEA)**; **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (SH)**, **Luiz Sergio Ozório Valentim (SES)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA/SP)**, **Martha Martins de Moraes (AAVA)**, **Paula Marcia Sapia Furukawa (ABES/SP)**, **Raquel Marmo Azzari Domenicheli (SIMA/CEA)**, **Roberto Ulysses Resende (Iniciativa Verde)**, **Sandra Mara Pretini Medaglia (OAB/SP)**, **Sandra Maria Carmelo Guerreiro (Unicamp)**, **Sérgio Luis Marçon (SIMA/CFB)**, **Syllis Flavia Paes Bezerra (Ecophalt)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Valéria Quaglio (341 Sustentabilidade)**, **Valéria Rossi Domingos (SCEC)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Viviane Moschini Carlos (Unesp)**, **Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**. Constavam do **Expediente Preliminar**: 1) Aprovação da ata da 407ª Reunião Plenária Ordinária; 2) Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva; 3) Assuntos gerais e inclusões de urgência na Ordem do Dia. Constavam da **Ordem do Dia**: 1) Plano Estratégico de **Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar** do Estado de São Paulo – **Pemalm**. 2) Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais **PSA Mar Sem Lixo**. 3) **Projeto Verão no Clima**: realizações e avanços na nova edição. 4) Plano Anual de Trabalho da **Operação Corta-Fogo**. 5) Ações Preliminares para o **Manejo do fogo na prevenção de incêndios florestais**. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** declarou abertos os trabalhos e informou que a reunião ocorria por meio virtual, através de videoconferência, em virtude das recomendações e cuidados frente ao controle e combate à pandemia do Covid-19, consonante às diretrizes do Governo do Estado de São Paulo e as orientações descritas no Ofício CONSEMA 002/2021, de 18 de janeiro de 2022. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada nas páginas “*ambientesp*”, no Youtube, e “*infraambiente*”, no Facebook. Solicitou aos conselheiros que reservassem o uso do *chat* da reunião apenas para registrar questões de ordem operacional ou para solicitar o uso da palavra. A seguir submeteu ao Conselho a ata da 407ª Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada pela Presidência. Passou-se às



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

44 **Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva.** O Presidente do CONSEMA **Marcos**  
45 **Penido** saudou a todos, passando ao relato dos principais acontecimentos, no âmbito da SIMA,  
46 assim resumidos: (i) *Saneamento*: entrega de importante obra de saneamento e proteção ambiental  
47 em São Sebastião, Litoral Norte paulista, no valor de R\$ 58 milhões, de um montante total de R\$  
48 300 milhões a serem investidos em tratamento de esgotos; (ii) *Segurança Hídrica*: abertura, em 07  
49 de março, de processo de licitação para perfuração de 141 poços profundos, para garantir a segurança  
50 hídrica, de 125 municípios do Estado de São Paulo; (iii) *Rio Pinheiros*: atingida a meta de 538 mil  
51 ligações de prédios, residências, comércios e pequenas indústrias ao sistema de coleta de esgotos e  
52 destinação para a estação de tratamento de Barueri, cessando o lançamento direto de 2.300 litros / s  
53 de carga orgânica, no Rio Pinheiros. Em complementação ao citado projeto, previu a conclusão das  
54 obras de implantação de 5 estações de tratamento de esgoto entre os meses de julho a setembro do  
55 presente ano, de forma a garantir que os efluentes provenientes das áreas urbanas cheguem em boas  
56 condições no Rio Pinheiros, a despeito da poluição difusa; (iv) *Zoneamento Ecológico Econômico*  
57 *de São Paulo - ZEE*: anunciou que se encontrava em consulta pública a proposta do ZEE,  
58 apresentada na reunião Plenária anterior. Qualificou o ZEE como sendo a “Carta Magna do  
59 desenvolvimento sustentável no Estado de São Paulo”. (v) *Proteção Ambiental*: o Presidente  
60 informou ainda que, o valor de R\$ 6 milhões foram investidos em infraestrutura no Morro do Diabo,  
61 no município de Teodoro Sampaio; uma Comitê da Operação Corta-Fogo, da qual integrava o  
62 Coordenador de Fiscalização e Biodiversidade da SIMA, Sérgio Marçon, participou de evento na  
63 Serra da Canastra, de troca de experiências sobre técnicas de manejo integrado do fogo; informou  
64 sobre a entrega para os municípios, dentro dos critérios preconizados, de 150 caminhões-pipa, para  
65 auxiliar o combate ao fogo, sobremaneira, em períodos de estiagem; destacou a boa gestão do  
66 “Projeto SAF Juçara” pela Fundação Florestal. (vi) *Projeto Municípios Paulistas Resilientes*:  
67 capacitações ofertadas para 12 municípios, sobre vários temas ligados às mudanças climáticas,  
68 segurança hídrica e proteção ambiental, com previsão de expansão das capacitações para região da  
69 Baixada Santista, trabalho desenvolvido em parceria com a Cooperação Alemã para o  
70 Desenvolvimento Sustentável (GIZ). A seguir, o Presidente suplente **Eduardo Trani** ofertou  
71 diligente prestação de contas dos trabalhos que estão em andamento nas Comissões Temáticas do  
72 CONSEMA, resumidos a seguir. Na CT de Políticas Públicas, presidida pelo conselheiro Gil  
73 Scatena (SIMA/SMA), o andamento dos debates sobre a *Meta Intermediária Etapa 2 (MI2)*,  
74 *Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-SP)*, e *Logística Reversa*. Na CT Processante e de  
75 Normatização, presidida pelo conselheiro Plínio Back (PGE), tem sido debatidas as tarefas referentes  
76 à *Revisão da Del. Normativa 01/2018*, sobre Licenciamento ambiental municipal; sobre a *Revisão*  
77 *da Deliberação Normativa 01/2013*, que trata do processamento de recursos administrativos e  
78 pedidos de reconsideração; ainda, a *Revisão do Regimento Interno do CONSEMA*; a *Revisão da*  
79 *Deliberação CONSEMA 10/2010*, que dispõe sobre a eleição de representantes de entidades  
80 ambientalistas para o CONSEMA. Por último, na CT de Biodiversidade e Áreas Protegidas,  
81 presidida pelo conselheiro Sérgio Marçon (SIMA/CFB), tem sido analisados os Planos de Manejo  
82 da ARIE São Sebastião e da EE Bananal, com previsão de realização de reuniões quinzenais para  
83 andamento dos demais planos até o mês de dezembro; também se encontra em andamento a  
84 discussão sobre a *Implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA)* no Estado de  
85 SP. Ao término, ressaltou a importância de se registrar esta prestação de contas deste trabalho,  
86 executados de forma voluntária pelos conselheiros, e que resultarão em ações importantes ao exame



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

87 do Plenário, agradecendo a estes pela dedicada e assídua participação nas discussões. Passou-se aos  
88 **Assuntos gerais e inclusões de urgência** na Ordem do Dia. O conselheiro **Ibrahim Tauil** solicitou  
89 que se registrasse em ata sua discordância quanto à resposta ofertada pelo conselheiro Domenico  
90 Tremaroli na Plenária anterior, no que se referia ao debate do PREFE 2021 (Plano de Redução de  
91 emissões de Fontes Estacionárias), sobre seu questionamento acerca da ocorrência de  
92 organoclorados na Baixada Santista, que seriam fontes de poluição pelos vapores que emanam,  
93 conforme pesquisas citadas pelo conselheiro. A seguir, cedeu o restante do tempo de fala ao assessor  
94 **Andrés Vernet**, que no tocante ao tema da logística reversa, remeteu-se às normas em vigor no  
95 estado de São Paulo que determinam como condicionantes à renovação do licenciamento ambiental,  
96 a entrega de relatórios ambientais anuais, e a adimplência quanto à adesão a um termo de  
97 compromisso de logística reversa. O assessor declarou que tal condicionante não teria feito parte da  
98 maioria das licenças ambientais que vêm sendo emitidas, ofertando alguns exemplos dessa ausência,  
99 começando pelo Supermercado Dia, que não fabrica, mas obteria de terceirizados os produtos que  
100 comercializa como marca própria, mencionando dois fornecedores de pão (sem licença ambiental),  
101 um de água mineral (com a licença negada) e um terceiro, fornecedor de vinagre (ainda em processo  
102 licenciamento). Questionou, portanto como se daria a verificação do cumprimento das metas ou das  
103 obrigações deste supermercado quanto à logística reversa, sugeriu que a cláusula sobre fabricação  
104 por terceiros seja revista e a inclusão de condicionante sobre logística reversa para todas as licenças,  
105 de forma padronizada. Comprometeu-se a encaminhar o detalhamento da demanda, por e-mail. O  
106 conselheiro **Roberto Resende** ressaltou a importância da discussão sobre o Programa de  
107 Regularização Ambiental no âmbito do CONSEMA, primeiramente na CTBio, e em outro momento  
108 no Plenário. Na sequência, questionou sobre o licenciamento de um aterro solicitado pela  
109 Mineradora Mogiana de areia e pedra, na APA da Várzea do Tietê, em Suzano, a pedido da Deputada  
110 Estadual Marina Helou, coordenadora da Frente Parlamentar de Sustentabilidade Ambientalista,  
111 questão também encaminhada pela ONG Movimento Defesa da Vida. O conselheiro **Cláudio**  
112 **Bedran** compartilhou com os colegas conselheiros a sua imensa alegria por ter ingressado no  
113 Mestrado em Segurança Hídrica da Unesp de Presidente Prudente, no auge de seus 72 anos, e a  
114 despeito de seus vários problemas de saúde. Informou sobre a recente Deliberação nº 243, do  
115 Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – Cofehidro, do qual, também é  
116 conselheiro, detalhando que esta excelente deliberação acaba com o “fantasma” que, há muito,  
117 impossibilitava a signatários de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA, de  
118 concorrerem aos recursos para execução de projetos do Fehidro. Acrescentou ter conseguido alterar  
119 a contrapartida financeira requerida à sociedade civil de municípios com população inferior a 50 mil  
120 habitantes, em oferta de serviços sociais voluntários. Outra reivindicação atendida teria sido no  
121 sentido de que o Fehidro teria sido que disponha de agentes próprios para análise dos projetos  
122 submetidos ao órgão. A conselheira **Syllis Bezerra** comemorou os 9 anos de trabalhos empenhados  
123 pela entidade ambientalista da qual faz parte, a Ecophalt, agradecendo pelo carinho e empenho de  
124 todos, e demonstrando sua gratidão pelo incessante e presente apoio da frente ambientalista da  
125 Baixada Santista às lutas em defesa do meio ambiente, ao cumprimento da legislação, e em prol da  
126 internalização de boas práticas para a região e para as cooperativas de reciclagem. O conselheiro  
127 **Djalma Weffort** agradeceu ao Secretário e às equipes da Fundação Florestal pela oportunidade de  
128 participar da inauguração das obras de reestruturação das dependências do Parque Estadual do Morro  
129 do Diabo, em evento que contou com a presença do Governador do Estado. Relatou que, ao participar



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

da cerimônia, teve a oportunidade de evidenciar o importante papel do CONSEMA no processo de formulação da Política Estadual do Meio Ambiente; expôs as demandas voltadas às unidades de conservação, aos trabalhos de restauração do oeste paulista; e traçou o histórico sobre a luta ambientalista na região, desde a criação das reservas florestais pelo governo Fernando Costa, em 1942, época em que a área total das mesmas superava 300 mil hectares. Nesse mesmo evento, informou que foi entregue um documento sobre a ampliação do número de unidades de conservação, a começar pela Mata Maturi, que explicou tratar-se de um fragmento de floresta estacional semidecídua, com 1400 hectares, caracterizada por elevada densidade e riqueza de espécies vegetais e de fauna. Destas espécies destacou a ocorrência de um grande banco de peroba rosa, jequitibá branco e, da fauna terrestre, a anta *Tapirus terrestris*. Enfatizou que as discussões sobre a Maturi se encontravam bem avançadas, inclusive frente à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp, porque a transformação da área em unidade de conservação incorporada ao Parque Estadual do Rio do Peixe, não dependeria de desapropriação, por ser terra devoluta do Estado na condição de reserva legal. Relatou que a concessionária de energia está executando a sua parte, ou seja, a implantação do corredor ecológico entre a citada floresta e as bases do Rio do Peixe, em uma região entre cotas pertencente à Votorantim. Recomendou a inclusão do assunto na pauta prioritária de discussões do CONSEMA. Frisou a urgência de, tão logo possível, promover a validação desta proposta de consolidação de mais um pedacinho de área em Unidade de Conservação, pois, ainda que diminuta, é o quarto maior fragmento remanescente de floresta estacional do oeste do estado de São Paulo. Acrescentou que, transformar esse remanescente florestal, ora reserva legal, em UC, garantirá uma série de benefícios para as entidades da sociedade civil e para a população, primeiro com o ICMS Ecológico e, em segundo, por possibilitar a efetivação de ações conjuntas com a Fundação Florestal de prevenção de incêndios comuns na região. O conselheiro **Cláudio Scalli** ofertou informações sobre o andamento dos trabalhos de revisão da Deliberação Normativa CONSEMA nº 01/2018, que se encontram em curso na CT Processante e de Normatização, informando que a Cetesb havia acatado 80% das contribuições encaminhadas. Informou que, na qualidade de relator promoveu reuniões entre representantes dos municípios e técnicos da Cetesb para discutir as propostas recebidas e criou uma pequena comissão na Anamma/SP, na qual, pretendia concluir a relatoria, seguida de uma reunião prévia com Domenico Tremaroli para que se possa, antes de submeter a proposta final à apreciação do Pleno. Agradeceu, por fim, às muitas contribuições recebidas ao longo da elaboração dos trabalhos. Fez coro à manifestação trazida pelo conselheiro Roberto Resende sobre o aterro na Várzea do Tietê, avaliando a situação como grave, reiterando o pedido de averiguação pela Cetesb. O conselheiro **Gil Scatena** ofertou informações sobre o andamento do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE-SP), assunto apresentado na Plenária anterior. Agradeceu pelas muitas contribuições encaminhadas à CT, o que reforça a forma participativa pela qual o trabalho foi desenvolvido, e convidou a todos a replicarem a agenda das consultas públicas sobre o ZEE, divulgada no Portal do ZEE e disponível na página eletrônica da SIMA, juntamente com informações e materiais essenciais a garantia de boa e preparada participação. Reforçou a disposição da CT de Políticas Públicas em viabilizar a condução dos diálogos bilaterais com a participação de planejadores regionais urbanos e do terceiro setor, solicitando, nesse sentido, o apoio do conselheiro Cláudio Scalli, representante da Anamma/SP, da conselheira Violeta Kubrusly, representante do CAU/SP; dos conselheiros representantes das entidades ambientalistas Roberto Resende, Prioste, Weffort, Bedran e Syllis e, por óbvio, das





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

universidades e das demais representações da sociedade civil. Em relação à demanda recebida por entidades atuantes no Litoral Norte, em que pese a agenda apertada, comprometeu-se a respondê-la tão rápido possível e, sem prejuízos aos esclarecimentos devidos. Convidou o conselheiro Weffort e demais parceiros que atuam na região oeste do estado, a participarem não somente das consultas públicas do ZEE, mas também, dos debates sobre o Plano de Desenvolvimento Econômico 2030 do Pontal do Paranapanema, conduzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, no dia seguinte. Pela Fundação Florestal, o Diretor-Executivo **Rodrigo Levkovicz**, referindo-se ao processo de verticalização na Ilha Comprida, informou ter ocorrido uma certa confusão, por parte de certas pessoas, sobre as atribuições dos órgãos governamentais. Esclareceu que a análise técnica de qualquer tipo de licenciamento em APA é feita pelo órgão licenciador, no caso em tela a Cetesb que, ao avaliar não haver impacto direto do empreendimento, não demandou manifestação do órgão gestor da unidade. Afirmou que a confiança depositada na Cetesb advém da qualidade técnica desta longa instituição. Informou, todavia, que o referido processo de verticalização foi suspenso por decisão liminar, acrescentando que a suspensão da obra em curso, deu-se tanto por Ação Civil movida pelo Ministério Público, quanto por decisão judicial, diante de vício administrativo constatado no processo de elaboração da legislação municipal, ou seja, fora do Sistema Ambiental Paulista. Como ponto seguinte, agradeceu a presença do conselheiro Djalma Weffort e do Subsecretário Eduardo Trani na cerimônia de inauguração das obras de revitalização no Morro do Diabo, que permitem a consolidação de condições excepcionais para receber pesquisadores e estudantes, e convidou o público a usufruir da elevada biodiversidade local. Informou ainda sobre o encerramento da lista de inscritos no PSA Juçara, e agradeceu aos gestores das UCs, que muito se dedicaram para garantir o sucesso desse processo que garantirá a remuneração, por 5 anos, das comunidades tradicionais do Vale do Ribeira e da APA dos Quilombos. Acrescentou que o objetivo é, com o tempo, conseguir quebrar a cadeia de extração ilegal do palmito, possibilitando que a comunidade possa se valer do fomento do Estado para promover atividades interculturais benéficas à biodiversidade, tais quais, as relacionadas as abelhas nativas. Como último ponto, chamou a atenção para o edital de chamamento público para o patrocínio de ações de combate e prevenção à incêndios e a erradicação de espécies exóticas em, pelo menos, 8 unidades de conservação, dentre as quais citou: a RVS de Aimorés, em Bauru, um grande remanescente de Cerrado; A estações Ecológicas Sebastião Aleixo, Caetetus, Águas de Santa Bárbara, Barreiro Rico; e os Parques Estadual Carlos Botelho e Nascentes do Paranapanema. O conselheiro **Domenico Tremaroli**, em resposta às citações direcionadas à Cetesb, com relação à logística reversa, solicitou ao assessor Andrés Vernet o encaminhamento da documentação relacionada, para o devido direcionamento às áreas responsáveis na Companhia; ao conselheiro Roberto Resende, solicitou que fosse realizado o encaminhamento formal da demanda à Presidência da Cetesb; e ao conselheiro Ibrahim Tauil, esclareceu que as fontes de poluição consideradas no PREFE são aquelas de grande magnitude no Estado de São Paulo, o que não significa que não existam outras fontes de poluição importantes, como a citada pelo conselheiro, e que vem sendo tratada na questão de áreas contaminadas, com uma tratativa muito específica, não necessariamente no contexto trabalhado no PREFE. Colocou-se à disposição do conselheiro Cláudio Scalli para discutir as propostas para a revisão da Deliberação Normativa 01/2018, assinalando que tanto as convergências de pensamento quanto as dificuldades legais ou operacionais de implementação, que porventura existam, serão apontadas como parte importante e característica de amadurecimento das discussões. O Secretário-Executivo, **Anselmo**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

216 **Guimarães** orientou aos conselheiros a oficializarem as demandas para o e-mail do CONSEMA, de  
217 forma que possam obter a devida distribuição e acompanhamento. Passou-se ao primeiro assunto da  
218 **Ordem do Dia**, a apresentação do **Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no**  
219 **Mar do Estado de São Paulo – Pemalm**. O conselheiro **Gil Scatena** informou que a apresentação  
220 do assunto seria feita em parceria com o Prof. Dr. Alexander Turra, docente e pesquisador do  
221 Departamento de Oceano do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IO/USP), tendo  
222 em vista que a importância desta proposta de gerenciamento costeiro que aproxima a política de  
223 resíduos e a academia à sociedade. Antes de adentrar ao tema, analisou que 3 dos 5 itens da Ordem  
224 do Dia estavam vinculados a importantes agendas da SIMA sobre qualidade ambiental costeira e  
225 litorânea, sendo elas: Pagamentos por Serviços Ambientais – PSA (Coordenadoria de Planejamento  
226 Ambiental), Mar Sem Lixo (Fundação Florestal) e Verão no Clima (Coordenadoria de Educação  
227 Ambiental). Acrescentou a estas agendas, o Gerenciamento Costeiro do Litoral Norte, o Plano  
228 Estadual de Resíduos, e os Planos de Manejo das APAs Marinhas, recentemente discutidos e  
229 aprovados no CONSEMA. Discorreu sobre os bons resultados das ações de gerenciamento costeiro,  
230 alcançadas a partir da interface de conhecimento e experiências entre o poder público e a academia,  
231 notadamente, da estreita parceria com o IO/USP. Com auxílio da projeção de *slides*, apresentou o  
232 breve histórico da Política de Resíduos Sólidos e Lixo no Mar, assim resumido: (i) *Em 2014*:  
233 lançamento do Plano Estadual de Resíduos Sólidos: tópico e metas relativas a Petrechos de Pesca  
234 Abandonados, Perdidos ou Descartados no Mar (Resíduos Agrossilvipastoris - Projeto de Pesquisa  
235 do Instituto de Pesca/SAA e Fundação Florestal/SIMA); (ii) *De 2015 a 2018*: ênfase do tema na  
236 conjuntura global com Agenda 2030 da ONU (2015), incluindo ODS 14 e compromisso voluntário  
237 do Brasil na conferência dos Oceanos da ONU (2017) de desenvolver estratégias de combate ao lixo  
238 no mar, institucionalizada pelo GERCO; (iii) *De 2018 a 2020*: Revisão do Plano Estadual de  
239 Resíduos Sólidos: cooperação e integração em capítulo dedicado ao lixo no mar – Instituto  
240 Oceanográfico da USP, SIMA (CPLA, CEA, Cetesb, FF, outros), Instituto de Pesca/SAA; (iv)  
241 *2018*: Termo de Convênio SIMA e IO/USP celebrado no âmbito da Cátedra Unesco para a  
242 Sustentabilidade do Oceano. Explicou que o referido Termo tem a duração de 5 anos, a partir de  
243 08/11/2018, sendo seu principal objeto a conjugação de esforços técnicos, operacionais, acadêmicos  
244 e científicos nas áreas de atuação e interesse comum para o desenvolvimento. O principal foco é  
245 obter conhecimento para combater o lixo no Mar do Estado de São Paulo, a partir do  
246 desenvolvimento do Pemalm - Plano Estratégico de Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar do  
247 Estado de São Paulo. Informou que fazem parte do grupo executivo dessa cooperação e integração,  
248 representantes de unidades da SIMA (CPLA, CEA e Cetesb) e do IO/USP. Ressaltou também a  
249 vinculação com os trabalhos do GT Lixo no Mar, do Comitê de Integração de Resíduos Sólidos  
250 (Resolução SIMA 12/2019) e com as metas de curto (2026), médio (2030) e longo prazos (2036) do  
251 PERS 2020 (Metas 7.1 a 7.5). Na sequência, o Prof. Dr. **Alexander Turra** do IO/USP passou ao  
252 detalhamento dos esforços que, conjugados, levaram à construção desse Plano Estratégico de  
253 Monitoramento e Avaliação do Lixo no Mar do Estado de São Paulo, iniciando pelos seus principais  
254 objetivos, sendo eles: criar uma estratégia integrada e estruturada para diagnosticar o problema do  
255 lixo no mar; combinar conhecimento, engajamento e interação de atores-chave; e estabelecer um  
256 canal participativo, com comunicação entre ciência e gestão. Ofertou o cronograma de trabalho entre  
257 2019-2021 e a relação dos produtos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.  
258 Com auxílio da projeção de imagens discorreu sobre o engajamento de atores-chave por meio de



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

259 processo participativo dos quais afloraram a estruturação do plano, assim organizados: (i) temas de  
260 preocupação às políticas públicas (turismo, segurança alimentar, saúde humana, navegação, pesca e  
261 aquicultura, bem-estar animal, e biodiversidade; (ii) a compartimentação ambiental (biota, superfície  
262 e coluna d'água, fundo marinho e linha de costa); (iii) principais vias de impacto ambiental  
263 (deposição no ambiente, ingestão por animais, emaranhamento nos organismos, dispersão dos  
264 resíduos e, lixiviação de partículas); (iv) e tamanho de lixo (macro e micro partículas). Acrescentou  
265 informações sobre os indicadores de geração, exposição e efeito ambiental empregados no plano.  
266 Informou que o número de atores mobilizados soma 450, pertencentes aos diferentes setores, público  
267 (34%), terceiro setor (38%), academia (19%), iniciativa privada (8%), e autônomos (3%).  
268 Apresentou o portal eletrônico no qual encontram-se disponibilizados os diversos produtos de  
269 comunicação do Pemalm (*webinar*, textos de mídia, *newsletter*, *podcast*, aulas, eventos, conteúdo  
270 audiovisual, animações educativas, dentre outros materiais). Por derradeiro, ofertou informações  
271 sobre a implantação do plano e a renovação do financiamento junto à Embaixada da Noruega.  
272 Passou-se à discussão da qual participaram os conselheiros **Cris Murgel**, **Djalma Weffort**, **Ibrahim**  
273 **Tauil**, **Cláudio Bedran**, durante a qual foram levantados os seguintes pontos: (i) a conselheira Cris  
274 Murgel colocou-se à disposição para intermediar a interlocução junto ao Instituto de Pesca, que  
275 possui a atribuição de fomentar a produção pesqueira no Estado; (ii) a possibilidade de vedar a  
276 distribuição das sacolinhas plásticas em supermercados, tal como ocorrera, com brevidade, no  
277 passado, sobre o que o Presidente **Marcos Penido**, prontamente, informou acerca do Projeto de Lei  
278 de autoria do Deputado Estadual Mauro Bragato em discussão na Assembleia Legislativa sobre o  
279 tema; e (iii) sobre a necessidade de melhorar a estocagem, manuseio e transporte dos resíduos de  
280 dragagem do Canal de Piaçaguera, em Cubatão. O conselheiro **Gil Scatena** e o Prof. **Alexander**  
281 **Turra** agradeceram as contribuições e, em seus últimos esclarecimentos informaram o endereço de  
282 acesso eletrônico ao Fórum Setorial dos Plásticos por um Mar Limpo  
283 (<http://pelletzero.porummarlimpo.org.br/>) e à conselheira **Valéria Quaglio** o link para o Projeto de  
284 lei nº 771/2021, sobre o qual o Presidente havia mencionado  
285 (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000423075>). Passou-se ao próximo item da Ordem do  
286 Dia, o **Projeto de Pagamento por Serviços Ambientais PSA Mar Sem Lixo**. A conselheira **Joana**  
287 **Fava**, da Fundação Florestal, informou que o órgão, que é responsável pela gestão das unidades de  
288 conservação no âmbito do Estado de São Paulo, recebera no último, ano, mais de 40 UCs  
289 anteriormente sob gestão do Instituto Florestal, que agora integra o Instituto de Pesquisas Ambientais  
290 – IPA, passando a FF a administrar 151 UCs de áreas terrestres e marinhas (4,7 milhões de ha).  
291 Ofertou, a seguir, os conceitos e objetivos das unidades de conservação e a categorização das  
292 mesmas de acordo com o uso (proteção integral ou uso sustentável). As APAs Marinhas, por sua  
293 vez, se estendem por 50% do mar territorial paulista, por 15 municípios, dentre áreas marinhas, ilhas  
294 e estuários, em torno de 1 milhão de ha, ocupados por mais de 2 milhões de residentes. Ressaltou  
295 que a ocorrência de lixo no mar é um problema global pelos seguintes aspectos: estima-se que 12  
296 milhões de toneladas de lixo/ano são lançados ao mar, sendo 80% constituídos por resíduos plásticos;  
297 1% do total deste lixo permanece na superfície marinha ou remanesce acumulados nas zonas  
298 costeiras (praias, estuários e costões) e, mais de 99% permanecem retidos no fundo de oceanos, e na  
299 coluna d'água, em condições não propícias a degradação (baixa incidência solar e oxigênio). Em  
300 adição, detalhou que as partículas residuais alcançam o fundo do mar e de forma rápida atingem  
301 distâncias de mais de 100 km, a partir do ponto de despejo; o Brasil é o 16º país a despejar lixo no



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

302 mar; 1.400 espécies são afetadas, ou seja, 660 das espécies marinhas/dia, têm morte por inanição e  
303 asfixia e 90% das aves marinhas possuem plásticos em seu estômago; e a média global de ingestão  
304 de micro plásticos pelos humanos é de 0,1 a 5g, por semana. Passando à Lei de Pagamentos por  
305 Serviços Ambientais – PSA (Lei nº 14.119/2021) esclareceu que serviços ambientais são atividades  
306 individuais ou coletivas que favorecem a manutenção, recuperação ou melhoria dos serviços  
307 ecossistêmicos e o PSA, por sua vez, constitui-se em transação voluntária, entre pagador e provedor.  
308 Explicitou que é considerado provedor, a pessoa física ou jurídica, grupo familiar ou comunitário  
309 que, preenchidos os critérios de elegibilidade, mantém, recupera ou melhora as condições ambientais  
310 dos ecossistemas. Detalhou que as modalidades de PSA podem ser por pagamento direto, monetário,  
311 ou, não monetário, dentre outros. Retomou que dois dos principais objetivos dessa Política são  
312 valorizar econômica, social e culturalmente os serviços ecossistêmicos e, reconhecer as iniciativas  
313 individuais ou coletivas que favoreçam a manutenção, a recuperação ou a melhoria dos serviços  
314 ecossistêmicos. O Projeto do PSA Mar Sem Lixo tem por objetivo geral criar um mecanismo de  
315 incentivo à remoção de resíduos sólidos do ambiente marinho, capturados, acidentalmente, durante  
316 a atividade de pesca artesanal, remunerar os pescadores pelo serviço ambiental, promover a  
317 destinação ambientalmente adequada dos resíduos, e promover ações preventivas de combate ao  
318 lançamento de lixo no mar. Informou que os quatro principais componentes desse projeto são: 1)  
319 Pagamento por Serviço Ambiental – PSA; 2) Educação Ambiental e Comunicação; 3)  
320 Monitoramento, Avaliação e Pesquisa; e 4) Parcerias para ampliação e sustentabilidade financeira.  
321 Ofertou exemplo da primeira fase de aplicação em Cananeia, Itanhaém e Ubatuba, sendo: a  
322 Fundação Florestal, o pagador; os pescadores de arrasto de camarão, o provedor; e o serviço  
323 ambiental, a remoção dos resíduos capturados durante a atividade pesqueira e destinação adequada  
324 (reintrodução na cadeia de gestão de resíduos sólidos). Esclareceu que, a modalidade desse PSA é  
325 de pagamento direto em benefício de alimentação e a respectiva mensuração dar-se-á pelo cálculo do  
326 “peso X valor/mensal”. Com auxílio da projeção de figuras e a partir de um exemplo concreto,  
327 apresentou o fluxograma de operacionalização do PSA, até o presente destinado para Cananéia,  
328 Itanhaém e Ubatuba. Detalhou os trabalhos afetos aos componentes 2, 3 e 4 e, informou como sendo  
329 as principais parcerias institucionais do PSA: a Fundação Florestal/SIMA; Municípios, CPLA e  
330 CS/SIMA, CEA, cooperativas de catadores (relação formal com Prefeituras), pescadores (relação  
331 formal com a FF), e o Instituto Oceanográfico. Com auxílio da projeção de slide, a título de  
332 reconhecimento, ofertou a lista de profissionais e instituições que integram o projeto do PSA.  
333 Ofertou informações sobre o processo de consultas públicas e a abertura de três possibilidades de  
334 parceria, ou seja, para cooperações técnicas, voluntariado e patrocínio por meio de parceria  
335 público/privada. O Subsecretário de Meio Ambiente, **Eduardo Trani** parabenizou pelo excelente  
336 trabalho e todos aqueles que se dedicaram a concretizar mais uma das iniciativas pioneiras do  
337 Estado. Registrou também o empenho da Coordenadoria de Educação Ambiental – CEA/SIMA na  
338 consolidação do Componente 2 – Educação Ambiental, que designou como sendo absolutamente  
339 essencial. O Presidente **Marcos Penido** parabenizou as equipes da Fundação Florestal, da CPLA e  
340 CEA por mais esse competente trabalho focado em resíduos sólidos, e sobre o qual se deve estar  
341 sempre atento para melhorar a qualidade do meio ambiente, além do intrínseco potencial de gerar  
342 emprego e renda. A partir desse momento, ausentou-se da reunião, passando a Presidência ao seu  
343 suplente, **Eduardo Trani**. Passou-se à discussão. O conselheiro **Ibrahim Tauil** parabenizou a SIMA  
344 pela iniciativa, e reiterou a sugestão de implantação de escolas ambientais de ensino fundamental





**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

específicas de meio ambiente. O Diretor-Executivo da FF, **Rodrigo Levkovicz** parabenizou as coordenadoras técnicas do Projeto, Joana Fava e Sandra Leite e ofertou breve histórico sobre a consolidação do Projeto. A conselheira **Joana Fava** enfatizou que o êxito definitivo do projeto dependerá da adesão dos pescadores e, nesse sentido, acentuou que o tema foi levado a eles nas muitas reuniões promovidas pelos gestores das APAs. Passou-se ao terceiro item da Ordem do Dia, o **Projeto Verão no Clima: realizações e avanços na nova edição**. A ex-conselheira **Malu Freire**, Coordenadora de Educação Ambiental – CEA/SIMA, ofertou, em primeiro, um breve resumo histórico do Projeto Verão no Clima, pelas seguintes etapas: (i) *Década de 1980: Retrato geral das praias paulistas mais frequentadas*: balneabilidade imprópria, areias contaminadas (vetores e patógenos), lixões a céu aberto, inexistência das políticas de resíduos e falta de consciência ambiental; (ii) *Década de 1980: Retrato geral das praias paulistas mais frequentadas*: 1988 - *Projeto Piloto em Santos/Cetesb e 1989-1994 – Operação Praia Limpa*. Ferramentas: Abordagem direta nas praias: “Fiscais da Natureza”, Distribuição de Sacolas Plásticas/Lixeiras; 13 municípios/Adesão Prefeituras (Coleta); Sinalização Local, e Patrocinador/Rede Globo e; Imprensa; (iii) *Operação Litoral Vivo (1995-1998) e Campanha Verão Limpo (1999-2003)*. Ferramentas: Abordagem direta nas praias, SEM Sacolas Plásticas/Reutilização/Lixeiras, aprimoramento da metodologia, capacitação e transferência para os municípios, e patrocinadores locais; (iv) *2018-2020: Projeto Verão no Clima*. Ferramentas: Capacitação dos Monitores, Ações de EA com as equipes (presencial e nas redes sociais, Oficina e *Workshop* de Lixo no Mar, Mutirões de limpeza e Cinema na areia da praia, Envolvimento com as UCs do litoral; e (v) *2021: Projeto Verão no Clima*. Ferramentas: Ações exclusivamente virtuais durante a pandemia, equipes de EA focaram na divulgação de materiais educativos sobre reciclagem e consumo sustentável, “Criação” de Projetos Sustentáveis. Resumiu as principais ações realizadas nas Edições do Verão no Clima (2018-19, 2020-21), período no qual foram diretamente envolvidas 283.952 pessoas: campanha de Educação Ambiental envolvendo turistas e moradores do Litoral Paulista; realização de ações virtuais a fim de ampliar o público-alvo; ações de engajamento: mutirões de limpeza, corridas e caminhadas, mostras de cinema e oficinas; vinculação com as Políticas Públicas de Resíduos Sólidos, especialmente na temática de Lixo no Mar. Contribuição com o PERS e o Pemalm; e colaboração para a geração de renda nos municípios. Apresentou os seguintes objetivos para 2022: Promover ações de educação ambiental com ênfase na gestão de resíduos sólidos, destacando a problemática do lixo no mar e nos ambientes costeiros; Fornecer à população informações sobre o meio ambiente, procurando estimular a corresponsabilidade na proteção ambiental; Orientar o público acerca da coleta seletiva, da responsabilidade compartilhada e de padrões de consumo sustentáveis, com atenção para resíduos que são muito presentes no litoral, como as bitucas de cigarro, microlixo/microplástico e embalagens de uso único; Engajar o público-alvo a separar determinados tipos de materiais recicláveis em casas, condomínios e em moradias temporárias, como hotéis, campings *etc.*; Promover ações de educação ambiental a partir da mobilização e sensibilização para as atividades de coleta seletiva e reciclagem; Obter o necessário apoio da logística de gestão de resíduos (separação, coleta seletiva, destinação final e reciclagem) por meio da promoção de parcerias entre os agentes do poder público e da sociedade envolvidos na atividade; Contribuir para a geração de renda e inclusão social agregando as instituições sociais locais e; Disseminar os preceitos relacionados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial o ODS 12, 13 e 14; e à Década da Ciência Oceânica para o Desenvolvimento Sustentável (2021-2030). Por derradeiro, apresentou as propostas para este



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

período que se estenderá até fevereiro de 2023: Ampliação do Projeto, com execução anual, sendo a Etapa 1 (alta temporada) - ações de EA, coleta seletiva e mutirões de limpeza e Etapa 2 (demais períodos do ano) – ampliação das ações de EA, com foco na coleta seletiva e reciclagem; ampliação dos locais e público-alvo estratégico: escolas, associações, ONGs, comerciantes, bairros e *etc.*, e agregar e contribuir com os projetos já existentes nos municípios; convênio com 15 municípios do litoral: instrumentos legais relacionados às atribuições das prefeituras na gestão de resíduos sólidos; edital de chamamento, para parceria com empresas privadas e/ou entidades sem fins lucrativos: cada município corresponderá a um lote, sendo que o plano de execução contemplará as especificidades de cada território, incluindo as interfaces com outras ações governamentais; instalação de PEVs em cada município, instalação de logística de coleta seletiva, envolverá preferencialmente as cooperativas e associação de catadores locais, e bonificação de todos os atores envolvidos no processo de coleta seletiva. O Presidente em exercício **Eduardo Trani** observou que foi uma boa oportunidade de rever os programas apresentados pela coordenadora da CEA Malu Freire. Afirmou que a proposta de mudança esperada para 2022 é mais estrutural, o que reforça o papel da SIMA e sua atuação frente às entidades municipais e os promotores privados poderão auxiliar em futuro chamamento. Participaram das discussões os conselheiros **Djalma Weffort, Ibrahim Taulil, Violeta Kubrusly e Syllis Bezerra**. Em resposta aos conselheiros, **Malu Freire** acrescentou que o Edital de Chamamento, ao qual fez menção durante a apresentação, será em breve publicado, considerando que o projeto favorecerá a consolidação de muitas parcerias nos 15 municípios aderentes ao projeto, para os quais serão discutidos planos de trabalho próprios. Acrescentou que os municípios possuem instrumentos que permitem parcerias organizadas e trabalhos conjuntos com a sociedade, dinamizando a atuação das cooperativas e o emprego de todos os aparatos disponibilizados pelas prefeituras. Lembrou que todo o lixo jogado indevidamente nos córregos, até mesmo no Pontal do Paranapanema, acabam sendo carreados para o mar, caso não sejam devidamente dispostos, portanto, os detritos lançados ao mar não se originam do comportamento somente da população da região litorânea, mas também de todo o território do Estado. Passou-se à exposição integrada dos dois últimos pontos de pauta, quais sejam, o Plano Anual de Trabalho da **Operação Corta-Fogo** e as Ações Preliminares para o **Manejo do fogo na prevenção de incêndios florestais**, conduzidas pelo conselheiro **Sérgio Marçon**, Coordenador de Fiscalização e Biodiversidade/SIMA e pelo Diretor-Executivo da Fundação Florestal, **Rodrigo Levkovicz**. **Sérgio Marçon** contextualizou que no estado de São Paulo os incêndios florestais são frequentes, incidindo sobre os remanescentes de vegetação nativa, inclusive áreas naturais protegidas, afetando culturas agrícolas, pastagens e florestas plantadas. Com auxílio da projeção de gráfico, demonstrou que a ocorrência anual acumulada de incêndios em SP, entre 2017 e 2021, é mais constante entre junho e outubro, com maior número de eventos nos meses de agosto e setembro, sendo as principais consequências a destruição de florestas, degradação do solo, morte de animais, emissão de gases de efeito estufa, poluição e problemas de saúde, prejuízos econômicos e risco de acidentes e morte. Ressaltou que a Operação Corta-Fogo faz parte do Sistema Estadual de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, que tem como principais objetivos diminuir a incidência, intensidade e a severidade dos incêndios florestais; coordenar, integrar e articular ações preventivas e de combate; estimular alternativas ao uso do fogo para o manejo agrícola, pastoril e florestal; e reduzir os impactos ambientais negativos decorrentes do fogo. Apresentou como sendo os 4 principais eixos da Operação Corta-Fogo: a prevenção, o monitoramento, controle e o combate. Alinhadas a esta concepção descreveu as



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

431 respectivas fases de trabalho da Operação, quais sejam: (i) *Fase verde (jan, fev, mar)*: Planejamento  
432 das ações da temporada e início das ações preventivas de preparação; (ii) *Fase amarela (abr, mai)*:  
433 Intensificação das ações preventivas e de preparação; (iii) *Fase vermelha (jun, jul, ago, set, out)*:  
434 Maior atenção para as ações de resposta, combate ao fogo, intensificação da fiscalização repressiva;  
435 (iv) *Fase verde (nov, dez)*: Avaliação da temporada, início do planejamento da temporada seguinte.  
436 Lembrou que a Operação Corta-Fogo é uma iniciativa integrada de vários órgãos e agentes do  
437 Estado, como a Secretaria de Segurança Pública com a Polícia Militar Ambiental e Corpo de  
438 Bombeiros, a Casa Militar com a Defesa Civil, a SIMA com suas coordenadorias, a Fundação  
439 Florestal, e a Cetesb. Relatou que, em 2021, em conjunto com estes órgãos, foram estabelecidas 25  
440 ações e 39 metas, com emprego de metodologia própria de trabalho que detalhou. Descreveu as  
441 ações integradas estabelecidas com os órgãos que envolvem campanhas preventivas; fiscalização  
442 contra uso irregular do fogo e balões, ações estratégicas nas UC estaduais, articulação com  
443 municípios, preparação e combate (treinamentos, contratação de aeronaves e ações de resposta), e  
444 acesso à informação (painéis geoestatísticos no site da Operação e catálogo temático no DataGEO.  
445 Dentre as novidades no ano de 2021, informou: novas parcerias para campanhas, em postos, Metrô,  
446 CPTM, EMTU, guias de orientações, alertas por SMS enviados pela Defesa Civil, mais de R\$ 10  
447 milhões em investimentos em UCs, treinamentos com mais de 2.500 participantes, e mais de 300  
448 horas de voo de aeronaves para combate. Adentrando no Plano Anual de Trabalho – PAT 2022,  
449 expôs como principais objetivos estratégicos para o período: fortalecer a articulação  
450 interinstitucional, reduzir os riscos e atuar nas causas dos incêndios florestais, aumentar o preparo  
451 para enfrentamento do fogo, e ampliar e melhorar a capacidade de resposta aos incêndios florestais.  
452 Versou sobre as ações previstas nas esferas de comunicação, fiscalização, treinamentos e  
453 capacitações, contratação de aeronaves, contingência para fauna atingida e parceria com consulado  
454 EUA. Enfocou o novo paradigma de trabalho da Operação alicerçado no conceito do *manejo*  
455 *integrado do fogo* – MIF, que definiu a partir de Myers (2006), como sendo: “*modelo de abordagem*  
456 *para enfrentar os problemas e as questões apresentadas pelos malefícios e benefícios do fogo dentro*  
457 *do contexto dos ambientes naturais e dos sistemas socioeconômicos nos quais ocorrem*”. Nesse  
458 contexto, mencionou a edição recente da Lei Estadual nº 17.460/2021, que instituiu a Política  
459 Estadual de Manejo Integrado do Fogo, com destaque aos seus princípios, diretrizes e objetivos  
460 específicos. Na sequência, passou-se a exposição do projeto piloto de uso prescrito do fogo em UCs  
461 estaduais, a revisão da Lei 10.547/200 e Decreto 56.571/10 e regulamentação da Lei Estadual nº  
462 17.460/2021, a ser capitaneado pela Fundação Florestal. O Diretor-Executivo da FF, **Rodrigo**  
463 **Levkovicz** agradeceu ao conselheiro Sérgio Marçon pela coordenação da Operação Corta-Fogo e  
464 pela intermediação, junto ao Presidente do ICMBio Marcos Simanovic e Morita, de importante  
465 experiência trabalhada na Serra da Canastra. Observou que a Operação Corta-Fogo é uma verdadeira  
466 operação de guerra, dada a complexidade envolvida desde a disponibilização de EPIs para os  
467 funcionários, operação de aceiros, manutenção de maquinários, contratos administrativos, dentre a  
468 série incontável de outras atividades. Destacou o importante papel do manejo preventivo do fogo  
469 para evitar cada vez menos danos à biodiversidade e informou sobre as iniciativas estabelecidas para  
470 estruturar os termos de referência e efetivar, ainda esse ano, a fase experimental do programa. Além  
471 do trabalho conjunto com os bombeiros, Polícia Militar Ambiental, CFB, Defesa Civil e Cetesb,  
472 destacou o importante apoio que a Operação Corta-Fogo recebe do Ministério Público, notadamente,  
473 nas situações de queimadas criminosas. Nesse sentido, solicitou o apoio dos conselheiros para



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

esclarecer e divulgar o tema junto a sociedade. Passou-se à discussão, da qual participaram os conselheiros **Djalma Weffort** e **Fernando Prioste**. Dentre os assuntos abordados pelos conselheiros destacaram-se: o recorde de incêndio ocorridos no ano anterior em unidades de conservação, APPs e áreas de restauração florestal; necessidade de aumentar a disponibilização de aeronaves no combate aos incêndios; impacto dos incêndios na qualidade do ar das cidades; elevar a contribuição planejada das empresas ao combate aos incêndios; sugestão para que os trabalhos de regulamentação do uso do fogo contem com a participação de representantes das comunidades tradicionais, a partir de um processo democrático. O coordenador da SIMA/CFB **Sérgio Marçon** esclareceu que as técnicas de combate aéreo ao fogo vem sendo cada vez mais aprimoradas, notadamente com a ata de registro de preços. Informou que a Defesa Civil é líder nessa modalidade de licitação, sobre a qual ofertou breve resumo procedimental e elementos afetos a complexidade de operacionalização dos voos. Demonstrou-se aberto às sugestões e esclareceu sobre a existência de regulamentação que simplifica e reduz a burocracia para que os povos tradicionais possam fazer uso do fogo. Completou que as comunidades tradicionais foram amplamente ouvidas no grupo de trabalho afeto à Resolução 189. Ao longo desse trabalho informou que foram recebidos mais elogios do que críticas, embora todos os pontos opostos tenham sido devidamente avaliados e absorvidos. **Eduardo Trani** ressaltou que tanto os esforços da SIMA quanto dos demais órgãos têm sido crescentes, o que possibilitou enormes avanços nas diversas frentes de combate ao fogo. Um deles tem sido a ampliação de recursos financeiros, particularmente, oriundos da Câmara de Compensação Ambiental. Mencionou o papel das mudanças climáticas na intensificação das ocorrências do fogo em 2021, em que pese o balanço anual positivo, quanto à efetividade da Operação Corta-Fogo. Assim como esclarecera o coordenador Sérgio Marçon, reforçou que o Estado busca estabelecer processos mais ágeis em atas de registro de preço de forma a cobrir todas as áreas alvo. Acentuou que a comunicação sobre a Operação Corta-Fogo, realizada nos mais diversos meios e mídias é absolutamente essencial, motivo pelo qual todos os esforços serão envidados para mantê-la. Agradeceu e parabenizou as excelentes exposições e parcerias, principalmente com o Instituto Oceanográfico. Aproveitando o ensejo, prestou homenagens, em nome do CONSEMA, à pesquisadora do IPA/SIMA, **Dra. Giselda Durigan**, uma das 3 finalistas na categoria Pesquisadora Sênior, da 1ª Edição do Prêmio Ester Sabino para Mulheres Cientistas. Esclareceu que a premiação tem como objetivo valorizar pesquisadoras que contribuem para o desenvolvimento científico no Estado de São Paulo, e contou com mais de 170 candidatas inscritas. Acrescentou que a Dra. Giselda desenvolve, há muitos anos importantes pesquisas sobre o manejo do fogo no bioma do cerrado, que servem de base para o desenvolvimento das técnicas empregadas pela CFB/SIMA. Os conselheiros do CONSEMA dedicaram uma salva de palmas nesta justa homenagem. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. Eu, **Anselmo Guimarães, Secretário-Executivo do CONSEMA**, lavrei e assino a presente ata.